

# Enunciação em processo: dispositivos para a produção de uma memória discursiva

Cecília de Souza-e-Silva\*  
Décio Rocha\*\*

## Resumo

No vasto campo de pesquisa sobre a enunciação, destaca-se o quadro teórico proposto por D. Maingueneau (1984/2008, 1987/1989, 1990, 1993/1995, 2005). Explicitá-lo e mostrar seu funcionamento, por meio da análise de um evento, a Semana da Inconfidência, largamente noticiado na mídia impressa brasileira em abril de 1999, é o objetivo deste trabalho. Como desdobramento, contrapomos duas maneiras de conceber a enunciação, a linguística e a discursiva. A análise apontou para a produtividade das noções de cenografia, *et(h)os* e código linguageiro, que nos remete ao modo pelo qual esses três dispositivos interagem. Propomos ser a cenografia a grande categoria responsável por interligar e tornar compatíveis todos os demais dispositivos que compõem os planos discursivos – temas vocabulário, *et(h)os*, código linguageiro, modo de coesão textual etc.

*Palavras-chave:* Cenografia. *Et(h)os*. Código linguageiro. Memória discursiva.

## Introdução

Já se sabe que são numerosas as teorias e os estudos sobre a enunciação como decorrência de vários fatores, entre os quais a mediação/identificação com outras disciplinas voltadas para a linguagem, como a pragmática, a linguística textual, os estudos literários e, ainda, com outras áreas do saber, como a filosofia e a psicanálise etc. Trata-se, portanto, de um campo de pesquisa muito vasto cujas regiões não estão rigorosamente delimitadas, razão pela qual há várias maneiras de concebê-lo e de

\* Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP/CNPq). Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso e na intersecção Linguagem e Trabalho. E-mail: cecilinh@uol.com.br

\*\* Professor e pesquisador do Instituto de Aplicação e do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/CNPq). Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso. E-mail: rochadm@uol.com.br

Data de submissão: mar. 2012 – Data de aceite: maio 2012

agrupá-lo, o que justifica, por exemplo, a publicação do *Dicionário de linguística da enunciação* (FLORES et al., 2009). Se não existe uniformidade sobre a concepção de teoria da enunciação, existem, no entanto, alguns princípios que são compartilhados pelos estudos discursivos de tradição francesa, segundo os quais a enunciação é considerada como um processo não intencional nem individual, e, sim, histórico e social, portanto, intimamente relacionado ao interdiscurso e aos posicionamentos discursivos.

Nesse contexto, um quadro teórico com novos instrumentos para a compreensão do processo enunciativo é oferecido por D. Maingueneau (1984/2008, 1987/1989, 1990, 1993/1995, 2005). Explicitar tal quadro e mostrar seu funcionamento por intermédio da análise de textos que circulam na mídia impressa é o objetivo do presente artigo.

Como desdobramento, pretendemos contrapor duas maneiras de conceber a enunciação, a linguística e a discursiva, ambas calcadas nas “marcas” da língua. A primeira “se ocupa de avaliar em que medida certas ‘marcas’ são, elas mesmas, como que destinadas a assinalar a enunciação” (POSSENTI, 2004, p. 375), ou seja, volta-se para os elementos da língua cuja função é embrear o enunciado às circunstâncias – tempo e espaço – e aos interlocutores: *aqui* representando o lugar físico onde está o locutor; *agora*, o tempo cronológico no qual o locutor fala. Trata-se de um conjunto de localizações no espaço e no tempo que o modo

de enunciação apresenta, isto é, data e local em que os textos foram produzidos. Já o tratamento discursivo – segunda maneira de entender a enunciação – concebe diferentemente os elementos característicos da dêixis: enunciador e coenunciador não são considerados como “pessoais”, mas como posições em formações discursivas. Colocam-se, então, algumas perguntas: que estatuto o enunciador confere a si mesmo? Que estatuto confere ele a seu coenunciador? O tempo é definido cronologicamente (hoje, no ano passado) ou a partir de uma “concepção” ideológica (o século das luzes, a globalização)? O lugar é definido fisicamente (aqui, no meu clube) ou discursivamente (neste grupo racista)?<sup>1</sup> Entender essa questão complexa nos leva a acionar conceitos como os de cenografia, topografia e cronografia (MAINGUENEAU, 1987/1989). A primeira menção a tais conceitos aparece no âmbito do modelo teórico-metodológico proposto pelo autor em *Gênese dos discursos* (1984/2008) que será desenvolvido mais adiante, a fim de mostrar o lugar, ainda embrionário, aí ocupado pela cenografia.

Escolhemos como *corpus* a atualização de um evento que foi largamente divulgado em jornais de grande circulação: a solenidade de encerramento da Semana da Inconfidência, em Ouro Preto, em 21 de abril de 1999. Distante no tempo, a escolha desse evento se justifica por uma situação ambígua: trata-se da *comemoração* do episódio da história brasileira ou de uma *manifestação* contra o governo

federal de Fernando Henrique Cardoso? Não nos propomos a “desvendar” essa ambiguidade: se comemoração ou manifestação, isto é, se lidamos com uma comemoração que desliza para o campo das adversidades políticas, ou com uma manifestação travestida de festa cívica. Não há como decidir, uma vez que o evento vive justamente da tensão produzida entre os dois polos. Uma análise dos dispositivos enunciativos propostos por D. Maingueneau abrirá, como veremos adiante, uma possibilidade de leitura dos elementos em tensão.

## Uma proposta de quadro teórico para a apreensão do plano enunciativo

*Gênese dos discursos* constitui uma reflexão teórica sobre dois discursos religiosos, os quais, na França do século XVII, polemizavam entre si. Lembremos de que, na época, o campo religioso constituía o quadro de referência obrigatório aos debates ideológicos. Campo, por si só, muito amplo, delimitado pelo autor a certo espaço discursivo no qual dois discursos se inter-relacionavam em viva relação polêmica: o humanismo devoto e o jansenismo. Logo de início, Maingueneau retoma um princípio caro à análise do discurso, isto é, o interesse em explicitar as diversas formas de coerções a que um discurso é submetido e em ligar, por diferentes vieses, duas problemáticas, a da gênese e a da interdiscursividade, apreendendo de uma só vez o discurso

por meio do interdiscurso. Tal proposta está agrupada em vários princípios (MAINGUENEAU, 1984/2008),<sup>2</sup> alguns dos quais serão retomados segundo sua pertinência para o andamento do texto.

O primeiro deles, o primado do interdiscurso, é a noção organizadora do livro, o que o leva a considerar como objeto de análise não o discurso, mas o interdiscurso, um espaço de trocas entre dois ou mais discursos, isto é, “o espaço de regularidade pertinente do qual os diversos discursos são apenas componentes” (MAINGUENEAU, 1984/2008, p. 20-21). Nessa perspectiva, pode-se dizer que “em termos de gênese, os discursos não se constituem independentemente uns dos outros, para depois serem postos em relação”, mas, sim, que “eles se constituem, de maneira regulada, no interior de um interdiscurso”, portanto, é a “relação interdiscursiva que estrutura a identidade” (p. 20-21).

Trabalhar com o princípio do primado do interdiscurso implica construir um sistema, também designado semântica discursiva, que faz aparecerem as diversas restrições ou coerções a que um discurso é submetido em todos os seus planos: “Não se apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus planos, mas integrando-os tanto na ordem do enunciado quanto na ordem da enunciação” (MAINGUENEAU, 1984/2008, p. 79). Esses dois princípios não só explicam outros, entre eles o da relação polêmica, como também permitem “apreender o dinamismo da significância que domina toda a discursividade” (p. 22), atribuindo

aos discursos os traços que os caracterizam e os distinguem dos demais. O sistema de coerções abrange todo o plano discursivo – (i) a intertextualidade, (ii) o vocabulário, (iii) os temas, (iv) o estatuto do enunciador e do coenunciador, (v) a dêixis (espaço-temporal) enunciativa, (vi) o modo de enunciação, (vii) o modo de coesão.<sup>3</sup> Voltaremos à noção de sistema de coerções na análise do *corpus* selecionado.

## Desdobramentos do plano enunciativo: cenografia, et(h)os<sup>4</sup> e código linguageiro

O título deste item é apenas aproximativo: cenografia, et(h)os e código linguageiro são, com certeza, parte do plano enunciativo de uma obra, mas estão longe de representarem o conjunto dos dispositivos acionados na/pela enunciação. Essa é a lição deixada por Maingueneau em *Gênese dos discursos*, mais especificamente no capítulo intitulado “Uma semântica global”. Por definição, o plano enunciativo não se submete a hierarquias, não classifica seus diferentes constituintes e não admite que se localize a produção de sentido como privilégio de seja qual for de seus dispositivos.

Se nesse item concedemos destaque especial à cenografia, ao et(h)os e ao código linguageiro, trata-se tão somente de uma opção que, pelos limites impostos por este artigo, fazemos em nossa análi-

se. Sabemos que outros tantos dispositivos, se explorados convenientemente, certamente ratificariam muitos dos resultados ora encontrados. Aliás, não é outra coisa que sugerimos mais adiante, ao introduzirmos algumas considerações acerca do tema, do léxico e dos elementos de intertextualidade presentes em nosso *corpus*.

## Cenografia

O conceito de *cenografia* na obra de D. Maingueneau tem por objetivo reafirmar certa independência do nível discursivo frente às evidências empíricas: a cenografia vem ratificar certa função dos discursos que, longe de apenas refletirem uma realidade que lhes preexiste, revelam-se efetivamente como produtores de um universo que os legitima.

A metáfora teatral é bastante recorrente no trabalho de diversos teóricos que lidam com o discurso. Em Maingueneau, a cena de enunciação compreende três níveis: o estatuto pragmático, entendido como o modo de funcionamento social, atribuído ao tipo de discurso (nível da cena englobante), as coerções que definem um determinado gênero do discurso (nível da cena genérica) e, finalmente, a cena que se institui por intermédio do próprio discurso (nível da cenografia). Distanciando-se das coordenadas que definem as circunstâncias de produção dos textos, uma cenografia implica a construção de certa posição de coenunciadores, uma topografia e uma

cronografia (esses dois últimos conceitos indicando, respectivamente, o lugar e o momento engendrados pelo discurso e, simultaneamente, o lugar e o momento de onde o discurso pretende se originar).

O tratamento dispensado à problemática da cenografia na obra de D. Maingueneau é particularmente interessante pelos desdobramentos que permite, tornando ainda mais complexa a problemática da enunciação. Tal complexidade se apresenta, por exemplo, em noções como as de dêixis instituída e dêixis fundadora, cada qual colocando em cena seu enunciador e coenunciador, sua topografia e sua cronografia, e também na noção de “cenas validadas”, isto é, cenas que já fazem parte de um dado universo de saber e de valores e que viriam exercer a função de caução de uma dada enunciação que, para se legitimar, passa a reivindicar tal garantia.

Uma última observação que nos parece revestir-se de particular interesse diz respeito ao que D. Maingueneau denomina função integradora da cenografia – modo pelo qual se articulam diferentes cenografias numa obra e que compreenderia diferentes graus de tensão, em função do tipo de hierarquia que se estabelece entre elas. Percebe-se, desse modo, a importante contribuição do autor para a problemática da enunciação: se ele retoma em suas reflexões o conceito de “situação de enunciação”, é certo que mantém uma distância claramente mensurável em relação às circunstâncias (empíricas) de produção

dos textos: “A situação de enunciação não é uma simples moldura empírica, ela é construída como cenografia por intermédio da enunciação” (MAINGUENEAU, 1993/1995, p. 119).

Longe de anular as coordenadas empíricas no interior das quais se atualiza uma enunciação, a referida definição vem justamente colocar em destaque o trabalho de construção de uma cenografia a partir de tais coordenadas – construção que possibilitará a relação especular que se estabelece entre discurso e instituição. Uma cenografia que se constrói na/pela enunciação, através da “invenção” de um enunciador, um coenunciador, um lugar e um momento que, por sua vez, legitimam a instância mesma que os traz à luz e indicam um determinado posicionamento.

## A nova materialidade do et(h)os

Definido como tom que se apreende com base em uma “dupla figura do enunciador, aquela de um *caráter* e de uma *corporalidade*” (MAINGUENEAU, 1984/2008), o et(h)os discursivo constitui uma das problemáticas mais complexas no quadro enunciativo da análise do discurso. Em diferentes trabalhos, D. Maingueneau toma como ponto de partida o conceito de et(h)os tal como o entendia a retórica clássica – uma espécie de “estratégia” que consistiria em tomar como base não o que é dito, mas o modo como algo é dito: “...uma dimensão

bem conhecida da retórica antiga que entendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer...” (MAINGUENEAU, 1987/1989, p. 45).

Esse modo de dizer vem atualizar um duplo deslocamento em relação a como era concebido esse mesmo conceito na retórica clássica: por um lado, afasta toda e qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista” de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, escolheria um papel a desempenhar em função dos efeitos que pretende produzir sobre o auditório; por outro, a concepção de *et(h)os* que adota deve, de algum modo, ser transversal à oposição entre o oral e o escrito.

Acreditamos poder falar de uma nova apreensão do *et(h)os* em D. Maingueneau nos anos 1980 precisamente por uma certa abstração crescente de formulação: recusando a concepção característica da retórica antiga, que via no *et(h)os* a propriedade de um orador (ser empírico), o autor passa inicialmente a associar o conceito a *discurso* (em *Genèses du discours*), *locutor-L* e *gênero* (em *Éléments de linguistique*), *formação discursiva* (em *Novas tendências*) e *arquivo* (em *Lectures de l'archive*). Como se percebe, um acentuado grau de abstração é conseguido ao final: o *et(h)os* enquanto determinação de um arquivo alcança uma distância máxima com relação ao que propunha a retórica antiga, que o fazia depender da “intenção” de um sujeito empírico.

Cumprido, finalmente, explicitar o modo pelo qual uma dada configuração de *et(h)os* se faz presente nos textos, tema que nos remete à problemática da incorporação. Com efeito, são três os registros por intermédio dos quais se atualiza a noção de *incorporação*: em primeiro lugar, o enunciador ganha uma corporalidade; a seguir, o coenunciador incorpora esquemas referentes a um modo concreto de se inscrever no mundo; por fim, o destinatário é incorporado à comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso.

Desde já enfatizamos a relevância que adquire no contexto das reflexões do autor a reflexão sobre a corporalidade dos textos: corporalidade que se atribui, por um lado, à presença mesma de um enunciador, e corporalidade que coincide, por outro, com a própria materialidade da obra – uma materialidade que corresponde precisamente à própria divisão do corpo textual em partes diferenciadas e solidárias. O referido desdobramento da problemática da corporalidade se explica a seguir:

A “incorporação” que o *ethos* convoca desenvolve-se ela própria a partir de uma corporalidade tão evidente que nos arriscamos a esquecê-la: a do texto. A obra não é apenas um certo modo de enunciação, constitui também uma totalidade material... Em particular, qualquer obra tem um tamanho determinado e implica uma divisão específica (em partes, capítulos, estrofes...), não independente da cenografia e do conteúdo das obras (MAINGUENEAU, 1993/1995, p. 151).

Como conclusão, acrescentamos algumas recentes inovações introduzidas pelo autor no que diz respeito à extensão do conceito de *et(h)os*. Até bem recentemente, o conceito de *et(h)os* se restringia à sua modalidade “mostrada”, isto é, entendia-se que o *et(h)os* deveria ser apreendido não no que o enunciador dizia a seu respeito, mas no modo como o fazia. O *et(h)os* era, com efeito, restrito a um certo modo de dizer.

Em um trabalho que remonta ao ano de 2005, Maingueneau introduz, ao lado desse *et(h)os* mostrado, o que denomina “*et(h)os* dito”, de cujo encontro resultará o que o autor denomina “*et(h)os* discursivo”. A distinção entre *et(h)os* dito e *et(h)os* mostrado inscreve-se nos extremos de uma linha contínua, já que é impossível definir uma fronteira clara entre o “dito” sugerido e o mostrado não explícito (MAINGUENEAU, 2005, p. 82).

## Da língua ao código linguageiro

Outro dispositivo pensado por Maingueneau para a definição de um posicionamento é o código linguageiro (ou código de linguagem), conceito que requer um tratamento cauteloso, tendo em vista a necessidade de distingui-lo inicialmente da noção de *língua*: “[...] la langue mobilisée n’est pas un instrument que l’on maîtriserait de l’extérieur pour aboutir à un certain résultat, mais une dimension constitutive de l’efficace discursive. Il vaut mieux parler ici de code langagier” (MAINGUENEAU, 1990, p. 169).

O código de linguagem, como elemento constitutivo de um posicionamento, vem desempenhar um papel da maior importância, no sentido de apontar a inadequação de uma abordagem que considerasse a língua como mera base sobre a qual se trabalharia. Ao contrário, na perspectiva defendida por D. Maingueneau, não haveria, de um lado, um “conteúdo” a ser transmitido e, de outro, uma “língua-veículo” do referido conteúdo, ou seja, uma língua que, em sua neutralidade, estaria a serviço de tal transmissão: “...a maneira como a obra gere a língua faz parte do sentido dessa obra” (MAINGUENEAU, 1993/1995, p. 104).

A noção de código linguageiro implica que nos confrontemos não com uma língua, mas com uma “interação de línguas e de usos” – reflexão que nos conduz ao conceito de *interlíngua*, a saber, as relações que se estabelecem “numa dada conjuntura, entre as variedades da mesma língua, mas também entre essa língua e as outras, passadas ou contemporâneas” (MAINGUENEAU, 1993/1995, p. 104).

O autor distingue, ainda, uma dupla relação: a relação que uma dada obra mantém com “outras” línguas (plurilinguismo externo) e a relação mantida com a diversidade de uma mesma língua (plurilinguismo interno, pluriglossia). No que diz respeito a essa segunda modalidade de plurilinguismo, variáveis de diferentes ordens são consideradas: variáveis geográficas (dialetos, regionalismos), elementos de estratificação

social (popular, aristocrática e outros), especificidade das situações de comunicação (jurídica, médica etc.) e diferenças ligadas aos níveis de língua (familiar, oratório etc.).

Além desse plano referente à relação que uma dada obra estabelece com outras línguas e/ou diferentes usos de uma mesma língua, o autor introduz ainda outro nível que permitiria pensar o modo de negociação por meio do qual se chegaria à elaboração de um código linguageiro: “[o código de linguagem] é muitas vezes atravessado por um corpo a corpo com o que se poderia chamar perilínguas, no limite inferior da língua natural (hipolínguas) ou em seu limite superior (hiperlíngua)” (MAINGUENEAU, 1993/1995, p. 113).

A oposição estabelecida pelo autor entre *hiperlíngua* e *hipolíngua* não vem caracterizar duas realidades antinômicas, devendo, antes, ser compreendida como remetendo a funções passíveis de serem recuperadas no que concerne à construção do código de linguagem. Nesse sentido, a hiperlíngua diria respeito a certo modo de negociação de um código de linguagem que se aproximaria do “sonho de uma escrita ‘matemática’”, ou seja, “possibilidade da perfeição luminosa de uma representação idealmente transparente ao pensamento”; por sua vez, a hipolíngua estaria “voltada para uma Origem que seria uma proximidade do corpo ambivalente, pura emoção..., caos de que é necessário se desprender” (MAINGUENEAU, 1993/1995, p. 113).

## Elementos de análise do plano enunciativo

### O tema, o vocabulário, a intertextualidade

Passemos aos textos, objeto de análise, produzidos oralmente na solenidade de encerramento da Semana da Inconfidência, em Ouro Preto, em 21 de abril de 1999, e retomados nos dias subsequentes por diversos jornais, entre os quais nos limitamos àqueles de maior circulação no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais: *Estado de Minas, Diário da Tarde, O Globo, Jornal do Brasil, O Dia, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo*. Qual o tratamento dado ao tema,<sup>5</sup> no caso, a comemoração da Inconfidência?

Segundo o funcionamento do sistema de coerções, proposto por Maingueneau (1984/2008), não há interesse em estudar os temas isoladamente ou em estabelecer uma hierarquia entre eles, porque sua ação é perceptível em qualquer ponto do texto. A especificidade de um discurso não se define por seus temas, mas por seu posicionamento discursivo: um mesmo tema pode ser encontrado em muitos outros discursos e até mesmo em discursos antagonistas. Importa, então, depreender o seu modo de construção de determinado tema porque é aí que se encontram presentes as alianças e as divergências. Tal depreensão passa pelas filiações que um discurso se atribui, pelas coerções referentes à intertextualidade.



Enquanto a interdiscursividade é constitutiva e, portanto, nem sempre deixa marcas na materialidade linguística, a *intertextualidade* deixa seus rastros por meio do *intertexto*, entendido como o conjunto de fragmentos efetivamente citados por um discurso, citações essas às quais teremos acesso a seguir. Pode-se dizer que a *intertextualidade* caracteriza-se pelo tipo de relações consideradas como legítimas pelas coerções de um determinado campo discursivo, que definem certa maneira de citar os discursos anteriores de um mesmo campo, de construir para si um passado específico, atribuir-se certas filiações e recusar outras. A esse trabalho da memória discursiva no interior de um dado campo Maingueneau denomina *intertextualidade interna*.<sup>6</sup>

Recuperemos o episódio histórico Inconfidência Mineira para ver como ele é construído discursivamente no *corpus* em questão. A Inconfidência, já se sabe, marcou, no fim do século XVIII, em Minas Gerais, a revolta contra a dominação colonial agravada pela queda da produção de mineração, pelo peso da tributação oficial que o Brasil deveria pagar a Portugal, correspondente à quinta parte de toda a produção e pela ameaça da derrama, isto é, da cobrança forçada dos impostos atrasados. Na época, o clima era tenso e os inconfidentes se reuniam clandestinamente para discutir o futuro do país. Em sua maioria, eram membros da elite social e intelectual mineira. No entanto, o que ficou mais conhecido foi

o alferes do Regimento dos Dragões de Minas Gerais, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, alcunha que lhe atribuíram por ter trabalhado como dentista antes de entrar para a milícia. Também participavam dos encontros alguns contratadores portugueses, entre eles, Joaquim Silvério dos Reis, que traiu o grupo em troca do perdão de suas dívidas fiscais. Denunciados, os inconfidentes foram punidos, alguns presos, outros degredados para a África. Tiradentes, o único a não obter clemência, foi executado, seu corpo, esquartejado, e sua cabeça, exposta no alto de um poste em Vila Rica (antiga designação de Ouro Preto). Durante o Império, a Inconfidência foi vista como uma revolta de pouca importância. Na campanha republicana, Tiradentes foi resgatado e apresentado como o primeiro líder popular da luta pela independência. Logo após a proclamação da República, em 1889, Tiradentes torna-se oficialmente herói nacional.

Quem é o herói nacional em 1999? Quem é o traidor? Quem são os inconfidentes? Os atores sociais envolvidos na comemoração/manifestação em Minas Gerais são o então governador do estado, Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva (presidente de honra do PT), José Dirceu (presidente do PT), Olívio Dutra (governador gaúcho na época), Leonel Brizola (ex-presidente do PDT), Miguel Arraes (PSB, ex-governador de Pernambuco), e outras personalidades de diferentes tendências partidárias do

cenário político nacional, integrantes do MST, trabalhadores e estudantes, entre outros.

A queda de braço entre o governador de Minas Gerais e o governo federal para evitar a privatização de usinas hidrelétricas e a divisão da Companhia de Furnas, com sede no estado de Minas, teve naquela data um capítulo marcante. Que relações com o passado foram construídas? Da Praça Tiradentes – com capacidade para 15 mil pessoas – completamente lotada, o governador conclamou o povo à reação e ao confronto: “O povo, principal protagonista da história pôde vir livremente à sua praça.” À semelhança de Itamar, as lideranças políticas que discursaram em Ouro Preto convocaram o povo a protestar nas ruas contra o governo federal – “vamos reverter esse quadro com a população nas ruas”, previu o velho líder socialista [pronunciamento de Miguel Arraes]. A oposição recompôs sua unidade, dando uma trégua às divergências e sinalizando a possibilidade de novos caminhos, pelo menos no veto à política econômica do momento: “Não vamos dividir a oposição com palavras de ordem” – [palavras de José Dirceu], “estamos mais unidos do que nunca”, [reforçou Leonel Brizola], acrescentando: e acrescentou “há divergências, mas vamos caminhar juntos”.

Vários elementos simbólicos foram explorados na organização da comemoração/manifestação: o cenário da Inconfidência Mineira, em Ouro Preto, promovia uma volta ao passado, relem-

brando os tempos de Vila Rica, capital da Capitania das Minas Gerais, os mesmos tempos da conspiração agora comemorada. A realização da festa na praça central da cidade, a Praça Tiradentes, relembra, também, os tempos da opressão da coroa portuguesa: nesse local ficou exposta a cabeça decepada do herói nacional. “Espero que o ar dessa praça libertária possa trazer a coragem para que se quisermos salvar este País, cada um terá de que se transformar em um Tiradentes” – [fala de Lula da Silva]. A imagem de Tiradentes, herói cívico, ativista político, foi apropriada pela oposição em várias outras falas. E a de Joaquim Silvério dos Reis, o traidor, foi atribuída a Fernando Henrique Cardoso na fala de Lula, que sugeriu a criação da medalha Joaquim Silvério dos Reis, a ser entregue ao presidente, “que é o grande traidor da independência do país [...], imperador, falsário e vendilhão da pátria”.<sup>7</sup>

Tais atributos/designações contribuem para a construção de uma memória discursiva. À semelhança do que ocorre com o tema, também não há muito sentido em falar do vocabulário deste ou daquele discurso, como se um discurso possuísse um léxico que lhe fosse próprio; sua pertinência só pode ser apreendida “a partir do sistema de coerções que caracteriza cada um dos discursos”.

Também o apelo ao passado de Minas perpassou a cerimônia nas várias falas de Itamar Franco: “Não estamos sós. Em todo o Brasil ecoam as vozes de

Minas”, “Todos os esforços para isolar o povo mineiro foram inúteis”. Os presentes foram promovidos a inconfidentes, confederados e, como tais, “não devem permitir que a pátria sonhada volte à condição de colônia”. Itamar, o anfitrião da festa, reacende o compromisso patriótico de Tiradentes: “Uma tocha acesa que mostra a luz do caminho.”

As comemorações cívicas, de modo geral, orientam-se, para a exaltação da nacionalidade, tornam-se momentos privilegiados para celebração de uma comunhão nacional, e, ao mesmo tempo, podem estar no centro de lutas pelo poder. Foi este o viés adotado naquele 21 de abril em que *comemoração* e *manifestação* política se sobrepuseram. E como isso se deu? Por meio do tratamento dado ao tema, pela recorrência a outros textos, isto é, pela intertextualidade, e também pelo vocabulário; portanto, por vários planos discursivos aos quais se agregam, ainda, como veremos, a cenografia, o *et(h)os* e o código linguageiro.

## Elementos referentes à cenografia: locução discursiva, topografia, cronografia

Buscaremos explicitar o modo pelo qual o plano discursivo, fruto do investimento na construção de uma dada cenografia, distancia-se do plano das coordenadas empíricas (a saber, 21 de abril de 1999, em Ouro Preto, nas escadarias

do Palácio Tiradentes) de realização do referido evento.

Trabalhar o plano da cenografia de um texto implica um afastamento em relação às coordenadas empíricas do evento em questão – no caso, o ocorrido aos 21 de abril de 1999, nas escadarias do Palácio Tiradentes em Ouro Preto, situação na qual se reúnem líderes da oposição ao governo federal e diferentes integrantes da sociedade civil para a comemoração do Dia de Tiradentes – para dar lugar ao estabelecimento de coordenadas de outra ordem, que virão ressignificar o ocorrido. Em outras palavras, a instituição de uma cenografia significa uma requalificação dos atores (protagonistas e seus opositores), do espaço (reconfigurado em topografia) e do tempo (apreendido como cronografia).

No episódio em questão, há como uma dilatação do tempo (vivemos ainda o momento da luta pela independência do país), uma permanência do espaço (Ouro Preto ainda é Vila Rica, o espaço de resistência), uma eternização dos mesmos personagens (Joaquim Silvério dos Reis ainda vive e somente a determinação de Tiradentes – todos nós – poderá combatê-lo). Além disso, o momento de uma nova “derrama” se aproxima (privatização dos rios e hidrelétricas de Minas Gerais) e é preciso combater tal iniciativa.

Como percebemos, tais elementos dizem respeito à captação de uma cenografia: no espaço de resistência de Ouro Preto, em momento crucial da história brasileira, o confronto entre os ideais

de Tiradentes e o entreguismo de Joaquim Silvério dos Reis. Com efeito, “se quisermos salvar o país, cada um de nós deve se transformar num Tiradentes”. Por intermédio de seu compromisso patriótico – “Uma tocha acesa, luz que mostra o caminho” –, obtém-se a adesão dos populares presentes – designados como “montanhese”<sup>8</sup> – contra o “vendilhão da pátria”. Afinal, “um malogro a cada minuto mais evidente é o que se estampa aos olhos da nação”. “Neste momento, querem levar os nossos rios e as nossas usinas hidrelétricas”. “Minas não permitirá que levem seus rios e suas usinas hidrelétricas”. “Daqui dessa praça não permitiremos”. “Estamos de novo empenhados na defesa dos bens, da dignidade e da vida do povo brasileiro. Não estamos sós. Em todo o Brasil ecoam as vozes de Minas”.

Eis, desse modo, construída a cena de um mesmo e único evento: o combate (empreendido pelos conjurados de Minas, uma vez que já não se trata apenas de aliados de Itamar Franco) aos desmanchos de um poder central usurpador (seja este o governo português frente à realidade do Brasil-colônia do século XVIII, seja o governo republicano que se alia ao capital especulativo internacional); os manifestantes da liderança oposicionista, identificados ao destino de Tiradentes, contra FHC, que perpetua a tradição de Joaquim Silvério dos Reis em sua aliança com os credores internacionais; a derrama que mais uma vez se atualiza sob o modo da privatização do patrimô-

nio da nação. Minas Gerais, Ouro Preto, Praça Tiradentes e arredores, escadarias do Museu da Inconfidência: espaços que não mais apenas remetem às coordenadas geográficas de realização do evento, transformando-se em insígnia da capital da oposição – estamos novamente em Vila Rica. Redimensionamento do Dia de Tiradentes, que perde sua condição cronológica de “evento comemorativo” para se instituir em momento de perpetuação dos discursos passionais de construção de uma nova nação.

Por razões que se prendem acima de tudo a certo procedimento de didaticidade na organização do texto, exemplificaremos separadamente cada um dos dispositivos que nos pareceram contribuir para a produção dessa cenografia, cujo mérito é o de requalificar a cena genérica que então se produzia. Nesse sentido, seguem duas das ocorrências que explicitam a requalificação dos atores da locução discursiva:

*Folha de São Paulo*: O petista Luís Inácio Lula da Silva chamou FHC de “Joaquim Silvério dos Reis, imperador, falsário e vendilhão da pátria”. “Ele (FHC) pode ser chamado de presidente-cupim. Só sabe destruir, não construiu nada”, disse Lula.

*Estado de Minas*: Itamar lembrou: “O povo, principal protagonista da história, pôde vir livremente à sua praça e dar vivas ao Tiradentes.”

A seguir, a requalificação do tempo e do espaço no plano discursivo – a cronografia e a topografia:

*Folha de São Paulo*: “Neste momento, querem levar os nossos rios e as nossas usinas hidrelétricas. Daqui dessa praça não permitiremos. Vamos dizer aos homens do poder que aqui, em território mineiro, não tentem tirar os nossos rios e levar nossas hidrelétricas. Porque aí sim teremos confronto.”

## Captação de um et(h)os e de um código languageiro

Como dissemos, a enunciação possibilita o contato com um corpo-enunciador e com certo uso da língua que mantém uma relação de compatibilidade com os demais dispositivos apresentados. A referida compatibilidade desempenha um papel importante na possibilidade mesma de convencimento do coenunciador, uma vez que não será qualquer tom de voz, qualquer representação de corpo ou qualquer uso da língua que estarão em consonância com uma dada relação entre coenunciadores, com certa topografia ou cronografia.

Reencontramos aqui um tema fundamental na reflexão de Maingueneau: o et(h)os e o código languageiro. Com efeito, se lidamos com conjurados que fazem reviver a Inconfidência, trazendo à cena mais um de seus episódios na vasta tradição que liga Tiradentes aos que protegem os interesses da nação, então já

se percebe que a voz que ressoará nesse contexto não poderá ser senão uma voz firme, testemunha de um corpo viril e pronto para o embate, capaz mesmo de qualquer sacrifício em defesa da pátria. Da mesma forma, um tom grandiloquente deverá caracterizar o uso que se faz da língua nesse mesmo contexto, típico de heróis que, indignados diante da situação que se lhes é apresentada, respondem com pronunciamentos inflamados e marcados pela paixão patriótica.

É o que podemos constatar em fragmentos como os que se seguem:

*Diário da Tarde*: “Para tirar o País da situação em que está é preciso que o povo brasileiro vá às ruas numa campanha pacífica. Vamos às ruas clamar pelos nossos direitos”, afirmou [Lula da Silva].

*Jornal do Brasil*: “Estamos de novo empenhados na defesa dos bens, da dignidade e da vida do povo brasileiro. Não estamos sós. Em todo o Brasil ecoam as vozes de Minas”, assegurou [Itamar Franco].

*O Globo*: O governador [Itamar] aproveitou para repetir que “Minas não permitirá que levem seus rios e suas usinas hidrelétricas”.

*Estado de Minas*: “Não raros são os que, na atualidade, ainda confundem as lições da Inconfidência, suas idéias e seus personagens”, disse [Itamar Franco] “[...] todos os esforços para isolar o povo mineiro foram inúteis”.

Assiste-se, desse modo, à afirmação de um *et(h)os* de coesão, de abnegação e de persistência na luta pela construção da soberania nacional, simbolicamente encenado na cerimônia de entrega da Grande Medalha da Inconfidência a representantes de partidos políticos da oposição e de movimentos sociais e culturais. Afinal, a escolha de protagonistas que atualizam o destino de Tiradentes, na luta contra o vendilhão da pátria, requer um *et(h)os* de combatividade e indignação e, no plano do código linguageiro, o tom grandiloquente que caracteriza esses discursos.

## Considerações finais

Reunimos a seguir os principais resultados obtidos na análise e que parecem colocar em cena o que há de mais central na problemática da enunciação segundo D. Maingueneau.

Destacamos a produtividade de noções como as de cenografia, *et(h)os* e código linguageiro. O recurso a tais noções nos permitiu, em relação a um evento da atualidade, uma leitura que surpreende e que é capaz de apreender toda a força de um plano que já não é mais meramente textual, mas plenamente discursivo. Afinal, celebrações como a ocorrida em Ouro Preto são especialmente eficazes no jogo político, pois lidam com a história e com a memória, situando-se no centro de lutas pelo poder (FONSECA, 2005, p. 436).<sup>9</sup> Pois bem, algo de bastante atípico acontece nesse 21 de abril de 1999,

uma vez que, para além da retomada de um ritual já de longa data conhecido, institui-se como cena validada na memória dos brasileiros a força da Inconfidência Mineira.

É, com certeza, o investimento em uma cenografia, em um *et(h)os* e um código linguageiro, para não mencionar o tratamento conferido ao vocabulário e ao tema atualizado por ocasião do evento, que nos possibilita ressignificar o duplo movimento – inédito em seus efeitos – que consiste na rememoração-comemoração de um fato do passado – a Inconfidência Mineira do final do século XVIII – e a manifestação política de enfrentamento do governo federal – ato coletivo contra a política de Fernando Henrique Cardoso. Assiste-se de forma exemplar ao intrincamento entre enunciação e universo social: a oposição a FHC (bloco não necessariamente coeso) se une por intermédio de um ponto em comum, apesar de suas divergências internas: todos se assumem como Tiradentes, em luta contra o inimigo comum, o vendilhão da pátria.

Como se percebe, estamos diante daquilo que Maingueneau (1989) denominou “prática discursiva”: o encontro de uma dupla produção – produção de textos e produção de uma comunidade – que se interlegitimam. Se lembrarmos que, para Maingueneau, a prática discursiva é um conceito que busca requalificar a noção de discurso (afastando-a de vez distinguindo-a da noção de texto) e que, para o autor, as identidades discursivas

só se apreendem em uma atividade plural (primado da interdiscursividade), chegaremos a duas ordens de conclusão:

- no que diz respeito à noção de interdiscurso, a atualização de uma “identidade-inconfidente” coincide com a produção de uma “identidade-traidor da pátria”; em outras palavras, um posicionamento de oposição ao governo central só pode ter lugar por intermédio da construção de um lugar a ser ocupado por esse outro que tal posicionamento, na qualidade de oposição, designa;
- no que concerne à noção de memória, a inscrição do evento ocorrido nesse 21 de abril de 1999 em um momento particular da história do Brasil-colônia é também o momento de produção de uma memória discursiva do próprio episódio da Inconfidência.

Acrescente-se que, quando falamos em “produção de uma memória discursiva” como parte integrante de uma prática discursiva, não nos prendemos a quaisquer critérios de verdade histórica, uma vez que, no episódio memorado, Inconfidência Mineira e Revolução Francesa (referência feita aos “montanheses”) não necessariamente se distinguem.

A produtividade de um debate voltado para cenografia, *et(h)os* e código linguageiro nos remete ao modo pelo qual esses três dispositivos interagem. A esse respeito, duas nos parecem ser as soluções para interligar os efeitos que então se produzem:

- trata-se de três dispositivos de igual peso que se articulam no movimento que faz de um texto uma unidade de discurso;
- trata-se de um grande dispositivo – a cenografia – que abarca os demais tornando-os “cúmplices” na produção de um plano discursivo.

Acreditando que as duas leituras encontram pontos de sustentação na obra do autor, arriscamos aqui insistir na produtividade da segunda via, em consonância com a qual a cenografia constituiria a grande categoria responsável por interligar e tornar compatíveis todos os demais dispositivos já anunciados pela semântica global de Maingueneau (1984/2008) – temas, vocabulário, *et(h)os*, código linguageiro, modo de coesão textual etc.

Tendo por efeito de sentido a produção de um *remake* do episódio da Conjuração Mineira como forma de combate a FHC, inscreve-se o evento da atualidade em uma longa história de resistência e de defesa da soberania do país. Com isso, os discursos então produzidos inscrevem-se numa tradição discursiva sempre atual. Pela captação de uma cenografia, de um *et(h)os* e de um código de linguagem, reafirma-se a legitimidade da ação que se empreende (protesto contra o governo federal). E tudo isso com a vantagem de se poder “reescrever a história”, anunciando um “final mais feliz”, uma vez que, na rememoração/presentificação da Conjuração Mineira, apaga-se, de certo modo, o que nos conta a história até então conhecida: Tiradentes não foi

derrotado, pois agora estamos sendo capazes de identificar o traidor em tempo hábil. Experimentamos a conjuração que dará resultado, sendo o povo conclamado a se unir em oposição ao governo federal, anunciando-se desde já um futuro pedido de renúncia de FHC e a convocação de nova eleição presidencial. Em poucas palavras, vitória da cena fundadora que dá o tom desses discursos: ressignificação de um momento de luta no campo político, o qual se inscreve na tradição glorificante da luta pela independência do Brasil nos moldes inaugurados pela Conjuração Mineira.

*L'énonciation en train de se faire:  
dispositifs pour la production d'une  
mémoire discursive*

## Résumé

Ce travail a pour but d'explicitier le fonctionnement du cadre théorique proposé par D. Maingueneau (1984/2008, 1987/1989, 1990, 1993/1995, 2005) à travers l'analyse d'un événement – la Semaine de l'Inconfidência (Conjuration Mineira) – qui a été largement diffusée dans la presse brésilienne le 21 avril 1999. Pour ce faire, nous comparons deux modes de concevoir l'énonciation, le mode linguistique et le discursif. L'analyse a permis de dégager la productivité des notions de scénographie, éthos et code langagier, tout en mettant l'accent sur le mode d'interaction de ces trois dispositifs. Nous avançons l'hypothèse que la scénographie est la catégorie qui interlie et rend compatibles tous les autres dispositifs du plan discursif – les thèmes,

le vocabulaire, l'éthos, le code langagier, le mode de cohésion textuelle, etc.

*Mots-clés:* Scénographie. Éthos. Code langagier. Mémoire discursive.

## Notas

- <sup>1</sup> Remetemos o leitor ao artigo de Possenti já mencionado no corpo do texto.
- <sup>2</sup> Sobre Gêneses, circulam inúmeros artigos, dissertações, teses e duas resenhas: Motta (2008); Souza e Silva; Rocha (2009).
- <sup>3</sup> Adotamos aqui a nomenclatura utilizada por Maingueneau em *Gênese dos discursos*, obra de 1984. Em trabalhos posteriores, o autor reunirá sob a rubrica *cenografia* o estatuto dos coenunciadores e a dêixis discursiva; da mesma forma, o que em *Gênese* é chamado de *modo de enunciação* será tratado posteriormente pelo autor como *ethos*.
- <sup>4</sup> Numa tentativa de conciliar, por um lado, a tradição dos estudos sobre o tema, na qual se consagrou a grafia *ethos*, e, por outro, a recente inclusão de *etos* em dicionários da língua portuguesa (Houaiss, Volp), optamos neste artigo pela forma *et(h)os*.
- <sup>5</sup> Estamos tomando tema em sentido amplo, isto é, aquilo de que um discurso trata.
- <sup>6</sup> Além de definir relações dentro de seu campo, um discurso define também certa relação com outros campos, passíveis ou não de serem citados; tem-se, então, a *intertextualidade externa*.
- <sup>7</sup> A Semana da Inconfidência, como é mais conhecida, além de vários eventos comemorativos, também conta com a entrega da Medalha da Inconfidência, criada em 1952 no governo do então presidente Juscelino Kubitschek, a cidadãos brasileiros que tenham se destacado por sua contribuição para o desenvolvimento cultural, social ou econômico de Minas Gerais ou do Brasil.
- <sup>8</sup> A designação *montanheses* recupera o universo da Revolução Francesa, em referência aos deputados que ocupavam os bancos mais elevados da Assembleia Nacional Legislativa de 1791 e que eram favoráveis à República.
- <sup>9</sup> A esse respeito, lembremos que as festas de 21 de abril, dedicadas à memória da Inconfidência Mineira e de Tiradentes, tiveram seu início na década de 1930 e, ao longo dos anos, principalmente nos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, tornaram-se instrumentos de propaganda e mecanismos de legitimação.



## Referências

FONSECA, T. N. L. A comemoração do 21 de abril: o cenário do jogo político (1930-1960). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21-22, p. 437-486, 2005.

FLORES, V. et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola. *Genèses du discours*. Paris: Pierre Mardaga, 1984/2008.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. de F. Indursky. Campinas: Pontes. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987/1989.

\_\_\_\_\_. *Pragmatique pour le discours littéraire*. Paris: Bordas, 1990.

\_\_\_\_\_. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. Trad. de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes. *Le contexte de l'oeuvre littéraire: énonciation, écrivain, société*. Paris: Dunod, 1993/1995.

\_\_\_\_\_. *L' énonciation philosophique comme institution discursive*. *Langages*, Paris, v. 119, p. 40-62, 1995.

\_\_\_\_\_. *O ethos na análise do discurso*. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

MOTTA, A. R. Resenha de Gênese dos discursos. *Delta*, São Paulo: Edusp, v. 24, n. 2, 2008.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392. v. 3.

ROCHA, D. *Produção de subjetividade: para uma cartografia dos discursos das publicações sobre videogames*. 1997. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Enlaçamentos enunciativos em análise do discurso: quando o dizer e o dito se interlegitimam. *Linguagem em Discurso*, v. 11, p. 11-36, 2011.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; ROCHA, D. Acontecimento e memória: discursos que (re)contam a história do Brasil-colônia. In: BARROS, D. L. P. (Org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2000. p. 193-206.

SOUZA-E-SILVA, M. C.; ROCHA, D. Por que ler Gênese dos discursos? Resenha de Dominique Maingueneau. *ReVEL*, v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 10 fev. 2012.

## Anexo

Elementos referentes à locução discursiva: identificação dos protagonistas e antagonistas

*O Globo*: O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, chamou o presidente Fernando Henrique Cardoso de Joaquim Silvério dos Reis (o traidor de Tiradentes), acusando-o de ser o “vendilhão da pátria” [...].

Temos que criar a medalha Joaquim Silvério dos Reis e entregá-la para o presidente, que é o grande traidor da independência do país. [discurso de Lula da Silva].

*O Dia*: Lula, o primeiro a discursar, partiu logo para o ataque: “Deveríamos criar a medalha do traidor e condecorar o presidente Fernando Henrique com ela [...]. Ele é o vendilhão da pátria”, disparou Lula.

*Jornal do Brasil*: Segundo o petista, Fernando Henrique é o “vendilhão da pátria”. [discurso de Lula da Silva].

*Folha de São Paulo*: O petista Luís Inácio Lula da Silva chamou FHC de “Joaquim Silvério dos Reis, imperador, falsário e vendilhão da pátria”.

*O Globo*: Se quisermos salvar o país, cada um de nós deve se transformar num Tiradentes. [discurso de Lula da Silva].

Itamar, o anfitrião da festa, disse que encontra alento no compromisso patriótico de

Tiradentes: “Uma tocha acesa, luz que mostra o caminho.”

Estamos de novo empenhados na defesa dos bens, da dignidade e da vida do povo brasileiro. Não estamos sós. Ao contrário do que pretendia o Governo, todos os esforços para isolar o povo mineiro foram inúteis – disse Itamar, que só se referia aos populares presentes como montanhese.

JB: “Querem o sequestro da história e da identidade dos brasileiros para que essa não possa parecer outra coisa que não esse processo de debilitação, falência, ruína, tão profundo como o que foi combatido pelos inconfidentes” (Itamar Franco).

*Folha de São Paulo*: O petista Luís Inácio Lula da Silva chamou FHC de “Joaquim Silvério dos Reis, imperador, falsário e vendilhão da pátria”. “Ele (FHC) pode ser chamado de presidente-cupim. Só sabe destruir, não construiu nada”, disse Lula.

*Estado de Minas*: p. 3 – Itamar lembrou: “o povo, principal protagonista da história, pôde vir livremente à sua praça e dar vivas ao Tiradentes”.

Elementos referentes à topografia

*Jornal do Brasil*: [...] Itamar destacou ainda que o isolamento de Minas, segundo ele pretendido pelo governo federal, não aconteceu. “Estamos de novo empenhados na defesa dos bens, da dignidade e da vida do povo brasileiro. Não estamos sós. Em todo o Brasil ecoam as vozes de Minas”, assegurou.

*O Globo*: Itamar, o anfitrião da festa, disse que encontra alento no compromisso patriótico de Tiradentes: “Uma tocha acesa, luz que mostra o caminho.”

*Folha de São Paulo*: “Neste momento, querem levar os nossos rios e as nossas usinas hidrelétricas. Daqui dessa praça não permitiremos. Vamos dizer aos homens do poder que aqui, em território mineiro, não tentem tirar os nossos rios e levar nossas hidrelétricas. Porque aí sim teremos confronto.”

*Estado de Minas*: p. 2 – Ganhou decibéis, com o apoio de milhares de pessoas na Praça Tiradentes, a promessa de Itamar Franco de “levantar a voz de Minas”.

Cronografia: enunciados versando sobre a recuperação de um outro tempo – resistência contra uma nova “derrama”

*O Globo*: O governador [Itamar] aproveitou para repetir que “Minas não permitirá que levem seus rios e suas usinas hidrelétricas”. Nesta hipótese, “teremos confronto”, ameaçou.

*Extra*: Se o presidente Fernando Henrique insistir em privatizar as hidrelétricas do estado, vai haver confronto. Isto aqui é território mineiro e não vamos permitir que desviem nossos rios e vendam nossas hidrelétricas. [discurso de Itamar Franco].

*Jornal do Brasil*: “Neste momento, querem levar nossos rios, levar as nossas usinas hidrelétricas. Mas nós não permitiremos. Nós vamos dizer aos homens do poder que não tentem tirar os nossos rios, levar as nossas hidrelétricas, porque, aí sim, teremos o confronto.” [discurso de Itamar Franco].

“Neste momento, querem levar os nossos rios e as nossas usinas hidrelétricas. Daqui dessa praça não permitiremos. Vamos dizer aos homens do poder que aqui, em território mineiro, não tentem tirar os nossos rios e levar nossas hidrelétricas. Porque aí sim teremos confronto”, disse [Itamar Franco].

*Estadão*: [...] [Itamar Franco] afirmou que não permitirá a privatização das hidrelétricas. “Vamos dizer ao homem do poder que não tente desviar os nossos rios porque, aí, teremos confronto.”

*Estado de Minas*: p. 3 – “Não raros são os que, na atualidade, ainda confundem as lições da Inconfidência, suas idéias e seus personagens”, disse [Itamar Franco]. “[...] Todos os esforços para isolar o povo mineiro foram inúteis.”

*Estado de Minas*: p. 3 – O petista [Lula da Silva] observou, ironicamente, que Fernando Henrique Cardoso, no dia de Tiradentes, provocou “uma nova derrama”, confiscando R\$ 39 milhões de Minas.

*Diário da Tarde*: p. 4 – O orador oficial [Lúcio Urbano] terminou sua fala invocando os inconfidentes para que eles não permitam “que a pátria, sonhada em seus projetos, volte à condição de colônia” nem que consintam que os dirigentes se curvem “como lacaios aos interesses da economia sem rosto das organizações internas”. Pediu ainda a volta do espírito de Tiradentes “porque a nacionalidade anda à beira do naufrágio”.

*Diário da Tarde*: p. 4 – “A luta pela soberania nacional não acabou com Tiradentes. Ela continua. Daí a importância de estarmos nesta praça e em todas as praças do Brasil”, afirmou Olívio Dutra.

#### Designação e escolhas lexicais

Tomando por base a articulação entre “fato-comemoração” e “fato-manifestação política” que pudemos apreender nos discursos dos relatos apresentados pela mídia, sustentaremos em nossa argumentação que há uma distância significativa entre estes e os discursos produzidos pelos participantes do evento.

#### Acerca do et(h)os e do código languageiro

*Diário da Tarde*: p. 4 – “Para tirar o País da situação em que está é preciso que o povo brasileiro vá às ruas numa campanha pacífica. Vamos às ruas clamar pelos nossos direitos”, afirmou [Lula da Silva].